

Linguagem, língua, lingüística

Margarida Petter

Uma das grandes escolas de iniciação da savana sudanesa, o Komo, diz que a Palavra (kuma) era um atributo reservado a Deus, que por ela criava as coisas: "o que Maa Ngala (Deus) diz é".

No começo, só havia um vazio vivo, vivendo da vida do Ser. Um que se chama a si mesmo Maa Ngala. Então ele criou Fan, o ovo primordial, que nos seus nove compartimentos alojava nove estados fundamentais da existência.

Quando esse ovo abriu, as criaturas que daí saíram eram mudas. Então para se dar um interlocutor, Maa Ngala tirou uma parcela de cada uma das criaturas, misturou-as e por um sopro de fogo que emanava dele mesmo, constituiu um ser à parte: o homem, ao qual deu uma parte de seu próprio nome, Maa (homem).

Hampâté Bâ

No princípio, Deus criou o céu e a terra. A terra, porém, estava informe e vazia, e as trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus movia-se sobre as águas. E Deus disse: Exista a luz. E a luz existiu. E Deus viu que a luz era boa; e separou a luz das trevas. E chamou à luz dia, e às trevas noite. E fez-se tarde e manhã, (e foi) o primeiro dia.

Gênesis, I, 1-5

É notável a semelhança observada nas explicações em epígrafe sobre a origem do mundo: embora formuladas em épocas remotas por sociedades bem diversas, associam a palavra – a linguagem verbal – ao poder mágico de criar. O fascínio que a linguagem sempre exerceu sobre o homem vem desse poder que permite não só nomear/criar/transformar o universo real, mas também possibilita trocar experiências, falar sobre o que existiu, poderá vir a existir, e até mesmo imaginar o que não precisa nem pode existir. A linguagem verbal é, então, a matéria do pensamento e o veículo da comunicação social. Assim como não há sociedade sem linguagem, não há sociedade sem comunicação. Tudo o que se produz como linguagem ocorre em sociedade, para ser comunicado; e, como tal, constitui uma realidade material que se relaciona com o que lhe é exterior, com o que existe independentemente da linguagem. Como realidade material – organização de sons, palavras, frases – a linguagem é relativamente autônoma; como expressão de emoções, idéias, propósitos, no entanto, ela é orientada pela *visão de mundo*, pelas injunções da realidade social, histórica e cultural de seu falante.

A complexidade do fenômeno lingüístico vem há muito desafiando a compreensão dos estudiosos. Retraçaremos, inicialmente, a história dessa busca para entender como o objeto de estudo – linguagem, língua – foi aos poucos se delineando e assumindo as configurações que hoje possui nos estudos lingüísticos.

1. Uma breve história do estudo da linguagem

O interesse pela linguagem é muito antigo, expresso por mitos, lendas, cantos, rituais ou por trabalhos eruditos que buscam conhecer essa capacidade humana. Remontam ao século IV a.C. os primeiros estudos. Inicialmente, foram razões religiosas que levaram os hindus a estudar sua língua, para que os textos sagrados reunidos no *Veda* não sofressem modificações no momento de ser proferidos. Mais tarde os gramáticos hindus, entre os quais Panini (século IV a.C.), dedicaram-se a descrever minuciosamente sua língua, produzindo modelos de análise que foram descobertos pelo Ocidente no final do século XVIII.

Os gregos preocuparam-se, principalmente, em definir as relações entre o conceito e a palavra que o designa, ou seja, tentavam responder à pergunta: haverá uma relação necessária entre a palavra e o seu significado? Platão discute muito bem essa questão no *Crátilo*. Aristóteles desenvolveu estudos noutra direção, tentando proceder a uma análise precisa da estrutura lingüística, chegou a elaborar uma teoria da frase, a distinguir as partes do discurso e a enumerar as categorias gramaticais.

Dentre os latinos, destaca-se Varrão que, na esteira dos gregos, dedicou-se à gramática, esforçando-se por defini-la como ciência e como arte.

Na Idade Média, os *modistas* consideraram que a estrutura gramatical das línguas é una e universal, e que, em consequência, as regras da gramática são independentes das línguas em que se realizam.

No século XVI, a religiosidade ativada pela Reforma provoca a tradução dos livros sagrados em numerosas línguas, apesar de manter-se o prestígio do latim como língua universal. Viajantes, comerciantes e diplomatas trazem de suas experiências no estrangeiro o conhecimento de línguas até então desconhecidas. Em 1502 surge o mais antigo dicionário poliglota, do italiano Ambrosio Calepino.

Os séculos XVII e XVIII vão dar continuidade às preocupações dos antigos. Em 1660, a *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port Royal, ou *Gramática de Port Royal*, de Lancelot e Arnaud, modelo para grande número de gramáticas do século XVII, demonstra que a linguagem se funda na razão, é a imagem do pensamento e que, portanto, os princípios de análise estabelecidos não se prendem a uma língua particular, mas servem a toda e qualquer língua.

O conhecimento de um número maior de línguas vai provocar, no século XIX, o interesse pelas línguas vivas, pelo estudo comparativo dos falares, em detrimento de um raciocínio mais abstrato sobre a linguagem, observado no século anterior. É nesse período que se desenvolve um método histórico, instrumento importante para o florescimento das *gramáticas comparadas* e da *Lingüística Histórica*. O pensamento lingüístico contemporâneo, mesmo que em novas bases, formou-se a partir dos princípios metodológicos elaborados nessa época, que preconizavam a análise dos fatos observados. O estudo comparado das línguas vai evidenciar o fato de que as línguas se transformam com o tempo, independentemente da vontade dos homens, seguindo uma necessidade própria da língua e manifestando-se de forma regular.

Franz Bopp é o estudioso que se destaca nessa época. A publicação, em 1816, de sua obra sobre o sistema de conjugação do sânscrito, comparado ao grego, ao latim, ao persa e ao germânico é considerada o marco do surgimento da Lingüística Histórica. A descoberta de semelhanças entre essas línguas e grande parte das línguas européias vai

evidenciar que existe entre elas uma relação de *parentesco*, que elas constituem, portanto, uma *família*, a *indo-européia*, cujos membros têm uma origem comum, o *indo-europeu*, ao qual se pode chegar por meio do método *histórico-comparativo*.

O grande progresso na investigação do desenvolvimento histórico das línguas ocorrido no século XIX foi acompanhado por uma descoberta fundamental que veio a alterar, modernamente, o próprio objeto de análise dos estudos sobre a linguagem – *língua literária* – até então. Os estudiosos compreenderam melhor do que seus predecessores que as mudanças observadas nos textos escritos correspondentes aos diversos períodos que levaram, por exemplo, o latim a transformar-se, depois de alguns séculos, em português, espanhol, italiano, francês, poderiam ser explicadas por mudanças que teriam acontecido na *língua falada* correspondente. A Linguística moderna, embora também se ocupe da expressão escrita, considera a prioridade do estudo da língua falada como um de seus princípios fundamentais.

É no início do século XX, com a divulgação dos trabalhos de Ferdinand de Saussure, professor da Universidade de Genebra, que a investigação sobre a linguagem – a Linguística – passa a ser reconhecida como *estudo científico*. Em 1916, dois alunos de Saussure, a partir de anotações de aula, publicam o *Curso de Linguística geral*, obra fundadora da nova ciência.

Antigamente, a Linguística não era autônoma, submetia-se às exigências de outros estudos, como a lógica, a filosofia, a retórica, a história, ou a crítica literária. O século XX operou uma mudança central e total dessa atitude, que se expressa no caráter científico dos novos estudos lingüísticos, que estarão centrados na observação dos fatos de linguagem.

O método científico supõe que a observação dos fatos seja anterior ao estabelecimento de uma hipótese e que os fatos observados sejam examinados sistematicamente mediante experimentação e uma teoria adequada. O trabalho científico consiste em observar e descrever os fatos a partir de determinados pressupostos teóricos formulados pela Linguística, ou seja, o lingüista aproxima-se dos fatos orientado por um quadro teórico específico. Daí ser possível que para o mesmo fenômeno haja diferentes descrições e explicações, dependendo do referencial teórico escolhido pelo pesquisador.

Antes de explicitar melhor o que é a Linguística e como ela desenvolve sua pesquisa convém definir seu objeto.

2. O que é a linguagem?

Está implícito na formulação dessa pergunta o reconhecimento de que as línguas naturais, notadamente diversas, são manifestações de algo mais geral, a linguagem. Tal constatação fica mais patente se pensarmos em traduzi-la para o inglês, que possui um único termo – *language* – para os dois conceitos – *língua* e *linguagem*. É necessário, então, que se procure distinguir essas duas noções.

O desenvolvimento dos estudos lingüísticos levou muitos estudiosos a proporem definições da linguagem, próximas em muitos pontos e diversas na ênfase atribuída a diferentes aspectos considerados centrais pelo seu autor. Neste capítulo introdutório serão

apresentadas duas propostas, a de Saussure e a de Chomsky, que pressupõem uma teoria geral da linguagem e da análise lingüística.

Saussure considerou a linguagem "heteróclita e multifacetada", pois abrange vários domínios; é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica; pertence ao domínio individual e social; "não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade" (1969:17). A linguagem envolve uma complexidade e uma diversidade de problemas que suscitam a análise de outras ciências, como a psicologia, a antropologia etc., além da investigação lingüística, não se prestando, portanto, para objeto de estudo dessa ciência. Para esse fim, Saussure separa uma parte do todo linguagem, a *língua* – um objeto unificado e suscetível de classificação. A língua é uma parte essencial da linguagem; "é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos" (1969:17).

A língua é para Saussure "um sistema de signos" – um conjunto de unidades que se relacionam organizadamente dentro de um todo. É "a parte social da linguagem", exterior ao indivíduo; não pode ser modificada pelo falante e obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros da comunidade.

O conjunto linguagem-língua contém ainda um outro elemento, conforme Saussure, a *fala*. A fala é um ato individual; resulta das combinações feitas pelo sujeito falante utilizando o código da língua; expressa-se pelos mecanismos psicofísicos (atos de fonação) necessários à produção dessas combinações.

A distinção linguagem/língua/fala situa o objeto da Lingüística para Saussure. De-la decorre a divisão do estudo da linguagem em duas partes: uma que investiga a língua e outra que analisa a fala. As duas partes são inseparáveis, visto que são interdependentes: a língua é condição para se produzir a fala, mas não há língua sem o exercício da fala. Há necessidade, portanto, de duas lingüísticas: a lingüística da língua e a lingüística da fala. Saussure focalizou em seu trabalho a lingüística da língua, "produto social depositado no cérebro de cada um", sistema supra-individual que a sociedade impõe ao falante.

Para o mestre genebrino, "a Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma, e por si mesma". Os seguidores dos princípios saussureanos esforçaram-se por explicar a língua por ela própria, examinando as relações que unem os elementos no discurso e buscando determinar o valor funcional desses diferentes tipos de relações. A língua é considerada uma estrutura constituída por uma rede de elementos, em que cada elemento tem um valor funcional determinado. A teoria de análise lingüística que desenvolveram, herdeira das idéias de Saussure, foi denominada *estruturalismo*. Os princípios teórico-metodológicos dessa teoria ultrapassaram as fronteiras da Lingüística e a tornaram "ciência piloto" entre as demais ciências humanas, até o momento em que se tornou mais contundente a crítica ao caráter excessivamente formal e distante da realidade social da metodologia estruturalista desenvolvido pela Lingüística.

Em meados do século XX, o norte-americano Noam Chomsky trouxe para os estudos lingüísticos uma nova onda de transformação. Em seu livro *Syntactic Structures* (1957:13), afirma: "Doravante considerarei uma linguagem como um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos". Essa definição abrange muito mais do que as línguas naturais mas, conforme seu autor, todas as línguas naturais são, seja na forma falada, seja na escrita, linguagens, no sentido de sua definição, visto que:

- toda língua natural possui um número finito de sons (e um número finito de sinais gráficos que os representam, se for escrita);
- mesmo que as sentenças distintas da língua sejam em número infinito, cada sentença só pode ser representada como uma seqüência finita desses sons (ou letras).

Cabe ao lingüista que descreve qualquer uma das línguas naturais determinar quais dessas seqüências finitas de elementos são sentenças, e quais não são, isto é, reconhecer o que se diz e o que não se diz naquela língua. A análise das línguas naturais deve permitir determinar as propriedades estruturais que distinguem a língua natural de outras linguagens. Chomsky acredita que tais propriedades são tão abstratas, complexas e específicas que não poderiam ser aprendidas a partir do nada por uma criança em fase de aquisição da linguagem. Essas propriedades já devem ser "conhecidas" da criança antes de seu contato com qualquer língua natural e devem ser acionadas durante o processo de aquisição da linguagem. Para Chomsky, portanto, a linguagem é uma capacidade inata e específica da espécie, isto é, transmitida geneticamente e própria da espécie humana. Assim sendo, existem propriedades universais da linguagem, segundo Chomsky e os que compartilham de suas idéias. Esses pesquisadores dedicam-se à busca de tais propriedades, na tentativa de construir uma teoria geral da linguagem fundamentada nesses princípios. Essa teoria é conhecida como gerativismo.

Assim como Saussure – que separa *língua* de *fala*, ou o que é lingüístico do que não é – Chomsky distingue *competência* de *desempenho*. A *competência lingüística* é a porção do conhecimento do sistema lingüístico do falante que lhe permite produzir o conjunto de sentenças de sua língua; é um conjunto de regras que o falante construiu em sua mente pela aplicação de sua capacidade inata para a aquisição da linguagem aos dados lingüísticos que ouviu durante a infância. O *desempenho* corresponde ao comportamento lingüístico, que resulta não somente da competência lingüística do falante, mas também de fatores não lingüísticos de ordem variada, como: convenções sociais, crenças, atitudes emocionais do falante em relação ao que diz, pressupostos sobre as atitudes do interlocutor etc., de um lado; e, de outro, o funcionamento dos mecanismos psicológicos e fisiológicos envolvidos na produção dos enunciados. O desempenho pressupõe a competência, ao passo que a competência não pressupõe desempenho. A tarefa do lingüista é descrever a competência, que é puramente lingüística, subjacente ao desempenho.

A *língua* – sistema lingüístico socializado – de Saussure aproxima a Lingüística da Sociologia ou da Psicologia Social; a *competência* – conhecimento lingüístico internalizado – aproxima a Lingüística da Psicologia Cognitiva ou da Biologia.

3. Existe linguagem animal? ✓

Um estudo clássico sobre o sistema de comunicação usado pelas abelhas, publicado em 1959 por Karl von Frisch, revela que a abelha-obreira, ao encontrar uma fonte de alimento, regressa à colméia e transmite a informação às companheiras por meio de dois tipos de dança: circular, traçando círculos horizontais da direita para a esquerda e vice-versa, ou em forma de oito, em que a abelha contrai o abdome, segue em linha reta, depois faz uma volta completa à esquerda, de novo corre em linha reta e faz um giro para a direita, e assim sucessivamente. Se o alimento está próximo, a menos de cem metros, a

abelha executa uma dança circular; se está distante, realiza uma dança em forma de oito. A mensagem transmitida pela dança em forma de oito é muito precisa, porque indica a distância em metros: para uma distância de cem metros, a abelha percorre nove ou dez vezes em 15 segundos a linha reta que faz parte da dança. Quanto maior a distância, menos giros faz a abelha (para 500 metros faz seis giros em 15 segundos). A direção a ser seguida é dada pela direção da linha reta em relação à posição do sol.

Os dois tipos de dança apresentam-se como verdadeiras mensagens que anunciam a descoberta para a colméia: ao perceber o odor da obreira ou absorvendo o néctar que ela deglute, as abelhas se dão conta da natureza do alimento; ao observar a dança, as abelhas descobrem o local onde se encontra a fonte do alimento.

Os estudos do zoólogo alemão fazem uma importante revelação sobre o funcionamento de uma “linguagem” animal, que permite avaliar pelo confronto a singularidade da linguagem humana, conforme assinala Benveniste (1976). Embora seja bem preciso o sistema de comunicação das abelhas – ou de qualquer outro animal cuja forma de comunicação já tenha sido analisada – ele não constitui uma linguagem, no sentido em que o termo é empregado quando se trata de linguagem humana, como se pretende demonstrar a seguir.

As abelhas são capazes de:

- (a) compreender uma mensagem com muitos dados e de reter na memória informações sobre a posição e a distância; e
- (b) produzir uma mensagem simbolizando – representando de maneira convencional – esses dados por diversos comportamentos somáticos.

Essas constatações evidenciam que esse sistema de comunicação cumpre as condições necessárias à existência de uma linguagem: há simbolismo, ou seja, capacidade de formular e interpretar um “signo” (qualquer elemento que represente algo de forma convencional); há memória da experiência e aptidão para analisá-la. Assim como a linguagem humana, esse sistema é válido no interior de uma comunidade e todos os seus membros são aptos a empregá-lo e compreendê-lo da mesma forma.

No entanto, as diferenças entre o sistema de comunicação das abelhas e a linguagem humana são consideráveis:

- (a) a mensagem se traduz pela dança exclusivamente, sem intervenção de um “aparelho vocal”, condição essencial para a linguagem;
- (b) a mensagem da abelha não provoca uma resposta, mas apenas uma conduta, o que significa que não há diálogo;
- (c) a comunicação se refere a um dado objetivo, fruto da experiência. A abelha não constrói uma mensagem a partir de outra mensagem. A linguagem humana caracteriza-se por oferecer um substituto à experiência, apto a ser transmitido infinitamente no tempo e no espaço;
- (d) o conteúdo da mensagem é único – o alimento, a única variação possível refere-se à distância e à direção; o conteúdo da linguagem humana é ilimitado; e
- (e) a mensagem das abelhas não se deixa analisar, decompor em elementos menores.

É esse último aspecto a característica mais marcante que opõe a comunicação das abelhas à linguagem humana. Num enunciado lingüístico como “Quero água” é possível identificar três elementos portadores de significado: *quer-* (radical verbal) + *-o* (desinência número-pessoal), *água*, denominados *morfemas*. Prosseguindo a decomposição, po-

de-se chegar a elementos menores ainda. No enunciado “*Quero água*”, a menor unidade, os segmentos sonoros, denominados *fonemas*, permitem distinguir significado, como se pode observar na substituição de /a/ por /e/ em *água/ égua*. Essa é a propriedade da articulação, que é fundamental na linguagem humana, pois permite produzir uma infinidade de mensagens novas a partir de um número limitado de elementos sonoros distintivos.

Em síntese, a comunicação das abelhas não é uma linguagem, é um código de sinais, como se pode observar pelas suas características: conteúdo fixo, mensagem invariável, relação a uma só situação, transmissão unilateral e enunciado indecomponível. Benveniste chama a atenção, ainda, para o fato de que essa forma de comunicação tenha sido observada entre insetos que vivem em sociedade e é a sociedade a condição para a linguagem.

4. O que é Linguística?

Como o termo *linguagem* pode ter um uso não especializado bastante extenso, podendo referir-se desde a *linguagem dos animais* até outras *linguagens* – música, dança, pintura, mímica etc. – convém enfatizar que a Linguística detém-se somente na investigação científica da linguagem verbal humana. No entanto, é de se notar que todas as *linguagens* (verbais ou não-verbais) compartilham uma característica importante – são sistemas de signos usados para a comunicação. Esse aspecto comum tornou possível conceber-se uma ciência que estuda todo e qualquer sistema de signos. Saussure a denominou *Semiologia*; Peirce a chamou de *Semiótica*. A Linguística é, portanto, uma parte dessa ciência geral; estuda a principal modalidade dos sistemas sógnicos, as línguas naturais, que são a forma de comunicação mais altamente desenvolvida e de maior uso.

Uma pintura, uma dança, um gesto podem expressar, mesmo que sob formas diversas, um mesmo conteúdo básico, mas só a linguagem verbal é capaz de traduzir com maior eficiência qualquer um desses sistemas semióticos. As línguas naturais situam-se numa posição de destaque entre os sistemas sógnicos porque possuem, entre outras, as propriedades de *flexibilidade e adaptabilidade*, que permitem expressar conteúdos bastante diversificados: emoções, sentimentos, ordens, perguntas, afirmações, como também possibilitam falar do presente, passado ou futuro.

Os estudos linguísticos não se confundem com o aprendizado de muitas línguas: o linguísta deve estar apto a falar “sobre” uma ou mais línguas, conhecer seus princípios de funcionamento, suas semelhanças e diferenças. A Linguística não se compara ao estudo tradicional da gramática; ao observar a língua em uso o linguísta procura descrever e explicar os fatos: os padrões sonoros, gramaticais e lexicais que estão sendo usados, sem avaliar aquele uso em termos de um outro padrão: moral, estético ou crítico.

As diferenças de pronúncia, de vocabulário e de sintaxe observadas por um habitante de São Paulo, por exemplo, ao comparar sua expressão verbal à dos falantes de outras regiões, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte, muitas vezes o fazem considerar “horível” o sotaque de algumas dessas regiões; “esquisito” seu vocabulário e “errada” sua sintaxe. Esses julgamentos não são levados em conta pelo linguísta, cuja função é estudar toda e qualquer expressão linguística como um fato merecedor de descrição e explicação dentro de um quadro científico adequado.

O lingüista procura descobrir como a linguagem funciona por meio do estudo de línguas específicas, considerando a língua um objeto de estudo que deve ser examinado empiricamente, dentro de seus próprios termos, como a Física, a Biologia etc. A metodologia de análise lingüística focaliza, principalmente, a fala das comunidades e, em segunda instância, a escrita.

A prioridade atribuída pelo lingüista ao estudo da língua falada explica-se pela necessidade de corrigir os procedimentos de análise da gramática tradicional, que se preocupava quase exclusivamente com a língua literária, como modelo único para qualquer forma de expressão escrita ou falada. O prestígio e a autoridade da língua escrita em nossa sociedade, muitas vezes, são obstáculos para os principiantes nos estudos da Lingüística, que têm dificuldade em perceber e aceitar a possibilidade de considerar a língua falada independentemente de sua representação gráfica. É comum ouvir dizer de uma criança ainda não alfabetizada, que pronuncie *mola* por *mora*, por exemplo, que "ela troca letra", quando na realidade ela está substituindo um *som* por outro.

Os critérios de coleta, organização, seleção e análise dos dados lingüísticos obedecem aos princípios de uma teoria lingüística expressamente formulada para esse fim. Os resultados obtidos são correlacionados às informações disponíveis sobre outras línguas com o objetivo de elaborar uma teoria geral da linguagem. Distinguem-se, aqui, dois campos de estudos: a Lingüística geral e a descritiva. A Lingüística geral oferece os conceitos e modelos que fundamentarão a análise das línguas; a Lingüística descritiva fornece os dados que confirmam ou refutam as teorias formuladas pela Lingüística geral. São duas tarefas interdependentes: não pode haver Lingüística geral ou teórica sem a base empírica da Lingüística descritiva. É possível, entretanto, que uma descrição lingüística tenha outros objetivos, além de oferecer elementos para a análise da Lingüística geral; o trabalho de descrição de uma língua pode estar preocupado em produzir uma gramática ou um dicionário, com o objetivo de dotá-la de instrumentos para sua difusão na forma escrita, como no caso de línguas indígenas, africanas ou outras que ainda não circulem no meio escrito.

No século XIX os lingüistas preocuparam-se com o estudo das transformações por que passavam as línguas, na tentativa de explicar as mudanças lingüísticas. A Lingüística era histórica ou *diacrônica*. Saussure, no início do século XX, introduziu um novo ponto de vista no estudo das línguas, o ponto de vista *sincrônico*, segundo o qual as línguas eram analisadas sob a forma que se encontravam num determinado momento histórico, num ponto do tempo. A descrição lingüística observaria "a relação entre coisas coexistentes", que constituiriam o *sistema* lingüístico. Embora defendesse a perspectiva sincrônica no estudo das línguas, Saussure reconhecia a importância e a complementaridade das duas abordagens: a sincrônica e a diacrônica. Em sincronia os fatos lingüísticos são observados quanto ao seu funcionamento, num determinado momento. Em diacronia os fatos são analisados quanto às suas transformações, pelas relações que estabelecem com os fatos que o precederam ou sucederam.

A descrição sincrônica analisa as relações existentes entre os fatos lingüísticos num estado de língua; os estudos diacrônicos são feitos com base na análise de sucessivos estados de língua. O estudo sincrônico sempre precede o diacrônico. Para explicar, por exemplo, como o pronome de tratamento *Vossa Mercê* se transformou até assumir a forma atual *Você*, pronome pessoal, é necessário comparar diferentes estados de língua pre-

viamente caracterizados como tais e observar as mudanças que ocorreram na expressão sonora e no uso.

Muitos lingüistas tomam a separação sincronia/diacronia como um rigoroso princípio metodológico: ou se investiga um estado de língua ou se investiga a história da língua. Temos, então, dois ramos da Lingüística: a sincrônica e a histórica. Modernamente, a Lingüística sincrônica vem sendo denominada Lingüística teórica, preocupada mais com a construção de modelos teóricos do que com a descrição de estados de língua.

Como muitas áreas de estudo se interessam pela linguagem, o estudo do fenômeno lingüístico na interface com outras disciplinas criou várias áreas interdisciplinares: a *etnolingüística*, que trabalha no âmbito da relação entre língua e cultura; a *sociolingüística*, que se detém no exame da interação entre língua e sociedade; a *psicolingüística*, que estuda o comportamento do indivíduo como participante do processo de aquisição da linguagem e da aprendizagem de uma segunda língua.

5. Gramática: o ponto de vista normativo/descritivo

A gramática tradicional, ao fundamentar sua análise na língua escrita, difundiu falsos conceitos sobre a natureza da linguagem. Ao não reconhecer a diferença entre língua escrita e língua falada passou a considerar a expressão escrita como modelo de correção para toda e qualquer forma de expressão lingüística. A gramática tradicional assumiu desde sua origem um ponto de vista prescritivo, normativo em relação à língua. A esse respeito é significativo lembrar que a primeira descrição lingüística de que se tem notícia, a do sânscrito, feita pelo gramático hindu Panini (século IV a.C.) – em que pese seu propósito de assegurar a conservação literal dos textos sagrados e a pronúncia correta das preces – surgiu no momento em que a língua sânscrita culta (*blasha*) precisava ser estabilizada para defender-se da “invasão” dos falares populares (prácritos), portanto num momento em que uma determinada variedade lingüística deveria ser valorizada e difundida.

Outras gramáticas antigas, como as do árabe, grego e latim, também eram prescritivas e pedagógicas; almejavam descrever a língua cuidadosamente, mas também prescreviam o uso correto. Essa tradição normativa serve de modelo ainda hoje, principalmente nos países onde há a preocupação em desenvolver e fortalecer uma língua padrão; ela fornece argumentos para se acreditar que existe uma única maneira correta de se usar a língua. Visto que a norma da correção é prescrita por uma fonte de autoridade, as demais variedades são consideradas inferiores e incorretas. Por outro lado, nas sociedades contemporâneas *expressar-se segundo a norma, falar certo* continua sendo valorizado, porque a correção da linguagem está associada às classes altas e instruídas, é uma das marcas distintivas das classes sociais dominantes.

A tarefa do gramático se desdobra em *dizer o que é a língua*, descrevê-la, e ao privilegiar alguns usos, *dizer como deve ser a língua*. Na verdade, a conjunção do descritivo e do normativo efetuada pela gramática tradicional opera uma redução do objeto de análise que, de intrinsecamente heterogêneo, assume uma só forma: a do uso considerado correto da língua. Na maioria dos casos, é esse uso o único que vai ser estudado e difundido pela escola, em detrimento de um conhecimento mais amplo da diversidade e variedade dos usos lingüísticos.

5.1. Normativo: falsas noções

Abordar a língua exclusivamente sob uma perspectiva normativa contribui para gerar uma série de falsos conceitos e até preconceitos, que vêm sendo desmistificados pela Lingüística. Em primeiro lugar, está suficientemente demonstrado que a língua escrita não pode ser modelo para a língua falada. Além do fato histórico de a fala ter precedido e continuar precedendo a escrita em qualquer sociedade, a diferença entre essas duas formas de expressão verifica-se desde sua organização até o seu uso social. Está também claro para todo estudioso da linguagem que não há língua "mais lógica", melhor ou pior, rica ou pobre. Todas as línguas naturais possuem os recursos necessários para a comunicação entre seus falantes. Se uma língua não possui um vocabulário extenso num determinado domínio, significa que os seus falantes não necessitam dessas palavras; caso contrário, ao tomar contato com novas realidades, novas tecnologias, os falantes dessa língua serão fatalmente levados a criar novos termos ou a tomá-los emprestado. São bastante conhecidos os exemplos da profusão de termos para designar a caça e a pesca, por exemplo, que possuem determinadas línguas faladas por povos que se dedicam a essas atividades e delas dependem para sobreviver. Os Gbaya, caçadores, coletores e cultivadores da República Centro-Africana, têm denominação para 82 espécies de lagartas, das quais 59 são comestíveis.

Ao comparar as línguas em qualquer que seja o aspecto observado, fonologia, sintaxe ou léxico, o lingüista constata que elas não são melhores nem piores, são, simplesmente, diferentes. Tampouco encontram-se evidências de uma língua que esteja próxima do princípio de uma escala evolutiva, que possa ser considerada *primitiva* em relação a outras já *evoluídas*. Todas as línguas até hoje estudadas constituem um sistema de comunicação *estruturado, complexo e altamente desenvolvido*. Nenhum traço da estrutura lingüística pode ser atribuído a um reflexo da estrutura diferenciada de uma sociedade agrícola ou de uma sociedade moderna industrializada.

6. Lingüística: o ponto de vista descritivo/explicativo

A pesquisa lingüística desenvolvida no século XIX levou a separar cada vez mais o conhecimento científico da língua da determinação de sua norma. A Lingüística histórica, estudando em profundidade as transformações da linguagem, mostrou que as mudanças lingüísticas freqüentemente têm sua origem na fala popular: muitas vezes o *errado* de uma época passa a ser consagrado como a forma correta da época seguinte.

Mesmo se observarmos alguns fatos do português contemporâneo verificaremos que as formas consideradas "erradas" são freqüentes, mesmo na fala de pessoas cultas, ocorrendo de forma bastante variável em alguns casos, como nos exemplos a seguir:

- (1) "Fui no Ibirapuera."
- (2) "Ela foi na feira."
- (3) "Quero ir a Bahia".
- (4) "Nunca fui ao Maracanã."
- (5) "Vá já para casa."

Nesses casos, segundo a tradição gramatical, o verbo “*ir* de movimento” deve ser empregado apenas com as preposições *a* e *para*, observando-se para a escolha uma diferença sutil de sentido: *a* introduz numerosas circunstâncias, como movimento ou extensão; *para* indica movimento, direção para um lugar com a idéia acessória de demora ou destino. No entanto, o uso mais freqüente prefere a preposição *em*, com verbos de movimento, cujo emprego é considerado pelos gramáticos normativistas *solecismo de regência*, que deve ser evitado.

Observamos, então, três possibilidades de uso: duas variantes aceitas pelo padrão culto (exemplos 3, 4, 5) e uma terceira variante (exemplos 1, 2) rejeitada por esse mesmo padrão. Convém destacar que essa forma estigmatizada já tinha ocorrido no passado, em textos arcaicos e em textos do século XIX.

A visão prescritiva da linguagem não admite mais de uma forma correta, nem aceita a possibilidade de escolha, que uma forma seja mais adequada para um uso do que para outro, como seria o caso de uma expressão mais apropriada à língua escrita do que à falada, ao uso coloquial do que a uma situação formal de comunicação.

A abordagem descritiva assumida pela Linguística entende que as variedades não padrão do português, por exemplo, caracterizam-se por um conjunto de regras gramaticais que simplesmente diferem daquelas do português padrão. O termo “gramatical” é usado aqui com um valor descritivo: a gramática de uma língua ou de um dialeto é a descrição das regularidades que sustentam a sua estrutura. Assim sendo, os exemplos (1, 2) acima são sentenças gramaticais dentro da variedade (dialeto) coloquial. A Linguística, portanto, como qualquer ciência, descreve seu objeto como ele é, não especula nem faz afirmações sobre como a língua deveria ser.

Com o objetivo de descrever a língua, a Linguística desenvolveu uma metodologia que visa analisar as frases efetivamente realizadas reunidas num *corpus* representativo (conjunto de dados organizados com uma finalidade de investigação). O *corpus* não é constituído apenas pelas frases “corretas” (como a gramática normativa), também inclui as expressões “erradas”, desde que apareçam na fala dos locutores nativos da língua sob análise. A descrição dos fatos assim organizados não tem nenhuma intenção normativa ou histórica, pretende tão-somente depreender a estrutura das frases, dos morfemas, dos fonemas e as regras que permitem a combinação destes.

Dessa postura teórico-metodológica diante da língua decorre o caráter científico da Linguística, que se fundamenta em dois princípios: o empirismo e a objetividade. A Linguística é empírica porque trabalha com dados verificáveis por meio de observação; é objetiva porque examina a língua de forma independente, livre de preconceitos sociais ou culturais associados a uma visão leiga da linguagem.

As análises linguísticas efetuadas, até os anos 1950, pelos seguidores de Saussure, na Europa, e dos norte-americanos Bloomfield e Harris conformavam-se à teoria descritivista, que julgava a descrição dos fatos suficiente para explicá-los. Chomsky, a partir do final dos anos 1950, propõe que a análise linguística prenda-se menos aos dados e preocupe-se mais com a teoria.

Para Chomsky não basta apenas observar e classificar os dados, é necessária uma teoria explicativa que preceda os dados e que possa explicar não só as frases realizadas, mas também as que potencialmente seriam produzidas pelo falante. Para esse autor e seus seguidores, um fenômeno só é explicado quando se pode deduzi-lo de leis gerais. Deno-

mina de *gramática* essa teoria. A *teoria da gramática*, como é conhecida, trata de todas as frases gramaticais, isto é, todas as frases que pertencem à língua; não se confunde com a gramática normativa porque não dita regras, apenas explica as frases realizadas e potencialmente realizáveis na língua. proposta. A intuição do falante é o único critério da gramaticalidade ou agramaticalidade da frase – conceitos que não se confundem com a gramática normativa. É a competência do falante que vai organizar os elementos lingüísticos que constituem uma sentença, conferindo-lhes *gramaticalidade*. Uma seqüência de palavras é agramatical (*) quando não respeita as regras gramaticais do sistema lingüístico, do conhecimento internalizado de que dispõe o falante, como:

(*) *Problema este muito seu difícil é.*

A *gramática* é gerativa, porque de um número limitado de regras permite gerar um número infinito de sentenças. Reflete o comportamento do locutor que, a partir de uma experiência finita e acidental da língua, pode produzir e compreender um número infinito de frases novas.

Os gerativistas estão preocupados em apreender na análise das línguas propriedades comuns, universais da linguagem, que constituem a *gramática universal (GU)*. As propriedades formais das línguas e a natureza das regras exigidas para descrevê-las são consideradas mais importantes do que a investigação das relações entre a linguagem e o mundo.

Outra proposta de explicação do fato lingüístico é apresentada pela gramática funcional, fundamentada nos princípios do *funcionalismo*, que não separa o sistema lingüístico das funções que seus elementos preenchem. A gramática funcional leva em consideração o uso das expressões lingüísticas na interação verbal; inclui na análise da estrutura gramatical toda a situação comunicativa: o propósito do evento da fala, os participantes e o contexto discursivo.

Estão relacionados à Escola Lingüística de Praga os mais representativos desenvolvimentos da teoria funcionalista. A *Escola de Praga* teve origem no Círculo Lingüístico de Praga, fundado em 1926. No que se refere à estrutura gramatical das línguas, os lingüistas da Escola de Praga detiveram-se na definição da *perspectiva funcional da sentença*. Considerando-se as sentenças:

(1) José saiu ontem à noite e

(2) Ontem à noite José saiu

pode-se afirmar que (1) e (2) são versões diferentes da mesma sentença, mas pode-se dizer que a ordem das palavras é determinada pela situação de comunicação em que os enunciados são proferidos e, em particular, pelo que já é aceito ou *dado* como informação conhecida, e pelo que é apresentado como *novo* para o ouvinte, verdadeiramente informativo, portanto. Dentro da perspectiva funcional da sentença considera-se que a estrutura dos enunciados é determinada pelo uso e pelo contexto comunicativo em que ocorrem.

Os diversos desdobramentos que o funcionalismo apresenta na atualidade concordam com o fato de que a língua é, antes de tudo, instrumento de interação social, usado para estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Nesse aspecto, aproximam-se do ponto de vista do sociolingüista ao incluir o comportamento lingüístico na noção mais ampla de interação social.

As possibilidades explicativas expostas não são as únicas; correspondem a diferentes abordagens da língua, que não se excluem, mas contribuem para compreender me-

Ihor o complexo fenômeno *linguagem*, que não se esgota no estudo das características internas à língua, em termos de propriedades formais do sistema lingüístico, mas se abre para outras abordagens que considerem o contexto, a sociedade, a história.

Bibliografia

- BENVENISTE, Emile. Linguagem humana e comunicação animal. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional/Edusp (tradução do francês), 1976.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. La tradition vivante. *Histoire générale de l'Afrique. I – Méthodologie et préhistoire africaine*. Paris: Présence Africaine/Edicef/Unesco, 1986.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.

Sugestões de leitura

As indicações apresentadas têm o objetivo de oferecer ao leitor a possibilidade de formar uma visão geral da Lingüística, visto que os capítulos seguintes desta obra aprofundam o desenvolvimento das questões aqui apenas introduzidas.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

É a obra clássica que fundou a nova ciência. Sua leitura sempre esclarece e provoca novos questionamentos sobre o objeto "heteróclito e multifacetado" que é a linguagem.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional, 1976.

A obra reúne estudos importantes sobre os mais diferentes aspectos dos estudos lingüísticos.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa: Portugal, 1969.

A autora apresenta a história da reflexão sobre a linguagem, destacando as concepções e representações que permitiram à Lingüística constituir-se como ciência.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O que é lingüística?* 4ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

A autora faz uma apresentação geral das questões pensadas pela Lingüística e destaca as tendências atuais que se voltam para o estudo da heterogeneidade e diversidade, observadas no uso concreto da linguagem, por falantes situados num determinado contexto sócio-histórico.

A consulta de manuais introdutórios à Lingüística é interessante por mostrar uma visão de conjunto e para esclarecer as noções fundamentais da área. As três obras selecionadas apresentam a Lingüística sob diferentes enfoques complementares:

LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1991.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 9ª. ed. São Paulo: Nacional, 1986.